

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2011 A ABRIL DE 2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	60.973	1.191
Pessoal Ativo	51.298	1.046
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	51.298	1.046
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.675	145
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	9.675	145
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	9.718	379
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	141	234
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.576	145
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	51.256	812
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	52.068	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)¹	581.850.483
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,008949
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,018088
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,017184

FONTE: SIAFI E COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 21/mai/2012 às 15h e 30m.

¹Valor referente à Portaria STN nº 324, de 17/5/2012.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

JOSÉ ADRIANI BRUNELI DESTEFFANI
 Secretário de Administração e Orçamento

FÁBIO ROSADO BARBOSA
 Coordenador de Controle Interno

LEILA DE ALMEIDA GOMES
 Diretora Geral em Substituição

SÉRGIO BIZZOTO PESSOA DE MENDONÇA
 Presidente do TRE/ES